

# **EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA: DILEMAS ACERCA DA FORMAÇÃO HUMANA**

**Sonia Regina Landini\***

**RESUMO:** No quadro atual das transformações econômico-político-sociais a educação assume o caráter mercadológico, desencadeando um conjunto de reflexões e estudos que, por vezes, apontam para a reflexão crítica como solução. No entanto, sem a correta análise das condições objetivas a reflexão torna-se abstração do real, porque desvinculada da realidade concreta. Este ensaio analisa as bases que sustentam tais proposições.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Educação; Formação Humana.

## **EDUCATION AS MERCHANDIZE: DILEMMAS CONCERNING HUMAN DEVELOPMENT**

**ABSTRACT:** In the present picture of economic-political-social transformations, education takes a business-like character, triggering a set of reflections and studies that, many times point at the critical reflection as a solution. However, without the correct analysis of objective conditions, reflection becomes a real abstraction, as it is not linked to concrete reality. This paper analyzes the foundations that sustain such propositions.

**KEYWORDS:** Education; Human Development; Neo-liberalism.

### **INTRODUÇÃO**

As transformações ocorridas no mundo do trabalho e nos padrões societários em geral apontam para uma complexa gama de análises

---

\*Doutora em Educação pela PUC/SP, professora do Depto. de Teoria e Fundamentos da Educação da UFPR. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1989), mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002), e é professora adjunta da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: slandini@uol.com.br

explicativas, as quais perpassam a ruptura com um padrão centrado no conflito capital *versus* trabalho e na luta de classes (KURZ, 1996; OFFE, 1989; SHAFF, 1995), bem como para análises que indicam estarmos vivendo um processo de ruptura-continuidade (HARVEY, 1992; PAULO NETTO, 1995; ANTUNES, 1995), tendo estas últimas como foco as dinâmicas transformações capitalistas que objetivam assegurar o processo de autovalorização do capital.

Em nossa perspectiva, torna-se importante analisar essas transformações a partir da dinâmica das relações entre processos econômicos, políticos, sociais e culturais, cuja evidência se faz presente nas formas através das quais o trabalho se configura, estabelecem-se as estruturas políticas e se manifestam as respostas teórico-culturais. Isto implica dizer que a análise das múltiplas configurações e manifestações sociais requer uma investigação acerca das transformações ocorridas nos padrões de organização da produção, gestão do trabalho e reprodução da classe trabalhadora, o que inclui movimentos reguladores<sup>1</sup> do capital, definindo-se, neste sentido, padrões de comportamento social.

Partindo desta perspectiva, consideramos que as proposições que defendem a ruptura radical dos padrões societários a partir da não-centralidade do trabalho produtivo e das crises estruturais do emprego, apontando para uma nova divisão e um novo conteúdo no e do trabalho e valorizando o incremento do setor terciário, levam a uma inevitável correlação com as formas de organização política e com novos padrões socioculturais, cujas bases teórico-explicativas se concentram na diversificação, na diferenciação e na sujeição ao papel regulador do mercado. Neste caso, está incluído no âmbito de análise das transformações estruturais o vínculo entre não-centralidade do trabalho produtivo, lógica de mercado, ofensiva neoliberal e paradigmas socioculturais que se pautam nas teorias explicativas norteadas pela hipervalorização do sujeito - um sujeito abstrato, que tem a construção de sua existência permeada pela lógica da mercadoria.

Para melhor compreender estas considerações, evidenciamos a necessidade de reconstruir o percurso de construção das relações capitalistas e do papel que o sujeito ocupa na lógica social na qual está inserido, na tentativa de resgatar as formas através das quais a existência humana se concretiza. Isso nos permitirá averiguar com maior propriedade as transformações ocorridas nas últimas décadas no que concerne ao trabalho e às relações entre sujeito e sociedade, como também compreender as bases das proposições teórico-metodológicas que se pautam na

---

<sup>1</sup> Ver AGLIETÀ (1979)

diversidade e na hipervalorização do sujeito, reforçando a noção de um sujeito abstrato, adequado à lógica da autovalorização do capital.

## **2. A LÓGICA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO**

Ao analisarmos historicamente as formas através das quais se estabelece a existência humana em sua forma mais “desenvolvida”, o capitalismo, identificamos que em seus primórdios a estrutura organizativa do trabalho se constituiu através da troca entre diferentes ramos de produção, a partir da produção interna a cada grupo ou comunidade e da troca de seus excedentes. Com a divisão entre campo e cidade as formas de relacionamento entre os diferentes produtos passam a ser pautadas na produção excedente, ou seja, na produção externa, voltada ao atendimento das necessidades de outros grupos ou comunidades. O comércio, o intercâmbio entre as cidades, a evolução das relações comerciais entre nações, irão determinar mudanças nas formas de organização do trabalho e produção, associadas ao crescimento de uma classe de comerciantes e proprietários. O trabalho passa a ser cada vez mais coletivo, baseado na divisão social e na distinção entre meios de produção e produtores. A crescente divisão do trabalho, determinando tarefas cada vez mais parciais para incrementar a produtividade, leva ao embrutecimento dos indivíduos, submetendo-os à lógica do trabalho coletivo, parcial e fragmentado. Esta condição, por sua vez, está associada à produção de máquinas e equipamentos que, cada vez mais, irão enfatizar a divisão do trabalho, sempre com o objetivo de aumentar a produtividade. Novas formas de organização do trabalho, incorporando novas tecnologias, evidenciam, assim, cada vez mais, a divisão e fragmentação do trabalho, cujo princípio é a produção coletiva, que agrega um conjunto de trabalhos individuais e parcelares. A lógica subjacente é exploração do trabalho através do incremento do tempo de trabalho excedente, da mais-valia.

O ideário liberal se propaga, defendendo a liberdade individual como base para a vida social e coletiva. Natural e igualmente dotados da capacidade de troca, os indivíduos constroem a vida social e coletiva. O Estado aparece como resultado da vontade coletiva e individual, como resultado natural das relações sociais.

Na concepção dos economistas clássicos, como Adam Smith (1993) e Ricardo (1982), é o mercado que regula as desigualdades próprias às relações de troca, originalmente baseadas no egoísmo, no interesse pessoal. Segundo Smith (1993, p. 99), os indivíduos têm o objetivo de tirar vantagem,

obter através da troca um excedente, algo mais para além de suas necessidades. Assim, ao produzir, o indivíduo o faz buscando trocar uma parte de sua produção, da qual não necessita, por outros produtos que lhe possam ser úteis. Esta capacidade leva à divisão do trabalho, sendo esta “sempre limitada pela ...dimensão do mercado.”

As diferenças entre os indivíduos são naturais, à medida que alguns têm a propriedade da terra, outros da força de trabalho e outros, do capital. Igualam-se, assim, proprietários e suas diferentes características, levando à riqueza geral da nação. Neste aspecto, o papel do Estado consiste em deixar livres as forças naturais do mercado, mantendo-se através de impostos mínimos e garantindo educação e justiça. Segundo os economistas clássicos, o subsídio a determinados setores e a interferência direta do Estado na economia impedem o curso natural da vida, cuja base está na capacidade de troca.

A noção liberal de Estado mínimo reflete o anseio da burguesia revolucionária, combatendo o papel de um Estado marcado por interesses aristocrático-feudais. A derrubada do poder do Estado corresponde ao modo através do qual o capitalismo se estrutura, rompendo com as tradições econômico-político-culturais da sociedade feudal. Nesta perspectiva, cada indivíduo, ao obter o melhor desempenho, tornando-se mais produtivo, proporciona um benefício coletivo. O Estado, para beneficiar a todos, não deve interferir nessa liberdade natural, inerente ao ato de produzir e trocar.

No final do século XIX e especialmente no início do século XX, a partir da introdução da linha de montagem, a dinâmica das relações capitalistas passou a requerer mais que o rompimento com padrões feudais de comportamentos produtivos, políticos e culturais. Já superada a fase de estruturação de um novo sistema social de produção, passa a ser necessária a garantia desse sistema através de uma maior organização e administração, o que consiste essencialmente em disseminar ou massificar a noção de mercado e de consumo.

Para tanto, são necessários mecanismos que levem a uma maior “integração” entre capital e trabalho, ou seja, à promoção do sentimento de produzir para consumir, popularizando a idéia de que através do trabalho se conquista um padrão de vida melhor, com acesso a bens e produtos. Para que as diferenças nos padrões de vida não se tornem problemáticas são necessárias medidas conciliatórias. Os acordos, a participação e medidas mais democráticas passam a ser importantes para conter as evidências de uma inexistente liberdade proporcionada pelo livre-mercado. As diferenças sociais se perpetuam, o que exige cada vez mais a garantia de uma ordem

político-social que assegure os padrões de acumulação. A era do monopólio se estrutura em bases liberais, promovendo crescentemente a noção da participação, da democratização.

Não obstante, as formas de resistência não se desvanecem, o que requer mecanismos intensivos de regulação social. Neste sentido, é importante ressaltar que a “Grande Depressão” dos anos 30, marcada pelo excesso de produtos, pela demissão em massa de trabalhadores, pela crise e falência de empresas, impôs a necessidade de mecanismos mais contundentes, encontrando no Estado o papel de equilíbrio social. Assim, políticas de investimento e apoio ao capital, bem como políticas sociais capazes de conter a rebelião dos excluídos, substituem a noção de igualdade e liberdade de mercado. O papel intervencionista do Estado, associado a um padrão de produção rigidamente traçado pela divisão do trabalho e pela introdução de tecnologia e de mecanismos de gestão do trabalho direcionados à produção em massa, constitui a marca de um padrão de acumulação pautado pela intensa exploração do trabalho parcelar e rotinizado, pelo consumo em massa e por padrões de homogeneização social capazes de garantir as esferas de produção-consumo-reprodução, em um ciclo dinâmico de ações econômico-político-sociais e culturais que se transformam cada vez mais em sujeição do homem à máquina.

Na forma de intensiva exploração, de desigualdade de condições sociais, o regime de acumulação, que predomina por décadas, impõe aos indivíduos a lógica da especialização funcional, da submissão e centralização autoritária, do controle e da sujeição ao ritmo padronizado e uniforme, levando a cabo o distanciamento do homem enquanto ser e promovendo crônicos problemas psicológicos e sociais. Neste aspecto, a crise do regime de acumulação é inevitável, na medida em que a produtividade e a adequação aos rígidos padrões e normas de conduta esbarram nos problemas de saúde física e mental, no absentéismo e na crescente organização da classe trabalhadora na luta contra a exploração, exclusão e precárias condições de existência e vida.

Associadas à luta da classe trabalhadora contra o capital, as crises financeiras do Estado levam ao endividamento e a crises inflacionárias. Este processo, evidenciado por Harvey (1992), pode ser sucintamente explicado por fatores como: aumento do papel assistencialista do Estado (educação, previdência, habitação, etc.) ante as crescentes reivindicações da classe trabalhadora organizada; crises financeiras das empresas, provocadas pelo excesso de produção excedente e pelo crescimento e expansão das economias terceiro-mundistas, elevando os padrões de concorrência, e pela conseqüente

diminuição de arrecadação de base fiscal e aumento dos gastos públicos, levando à emissão de papéis por parte do Estado e a crises inflacionárias. Neste sentido, torna-se necessário diminuir a produção de excedentes inutilizáveis, baixar custos e gastos das corporações, bem como gastos públicos, e reduzir o poder de organização da classe trabalhadora.

Formas mais flexíveis de produção, consumo e trabalho são essenciais para a manutenção de um padrão de acumulação de capital então em xeque. Novas formas de contratação, organização da produção e gestão do trabalho e de consumo definem o quadro estratégico de recomposição dos padrões de manutenção do lucro e acumulação capitalista. O investimento em tecnologia, as crescentes demandas por educação, a redução do papel do Estado, o crescimento do setor de serviços, etc., caracterizam o quadro de reestruturação econômico-político-social e cultural das últimas décadas, re-introduzindo a noção de livre-mercado.

Assim, a partir da insuficiência das formas e estratégias de produção e reprodução em massa, a crise no processo de acumulação leva o capital a um processo de rearticulação, cujos propósitos concentram-se no uso da ciência como ferramenta de garantia aos interesses de mercado, disseminando-se a noção da liberdade, notadamente liberal.

Assim, é possível afirmar que

[...] as modificações operadas nos processos de produção se fizeram em nome do capital. Por conta disso, o desenvolvimento da ciência, que se tornou a primeira força produtiva, não redundou na criação do tempo livre de trabalho, como possibilidade concreta para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos. Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas for mediado pela forma capital, o saber técnico e científico permanece uma mercadoria chave e fundamental na concorrência capitalista. E, na concorrência, como diz Marx, “não se põe como livre os indivíduos, senão que se põe como livre o capital.” De modo que, assim sendo, a promessa de liberdade, que a concorrência traz em si, se converte em não liberdade[...] (TEIXEIRA, 1996b, p. 68-69).

As transformações e características econômico-político-sociais e culturais presentes nas diferentes “fases” do capitalismo refletem a insistente luta pela manutenção de padrões de existência social que assegurem a acumulação

de capital. São combinações, como aponta Harvey (1992), de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral de acumulação de capital.

Nesta lógica, a exploração do trabalho humano, submetido à lógica da mercadoria, é a mola mestra de sustentação do capitalismo. Se a crise do capitalismo impõe a rearticulação das formas de organização deste processo de exploração e subsunção, as bases deste processo localizam-se no trabalho humano, que, através da produção excedente, gera lucro e proporciona a acumulação de capital.

A compreensão deste movimento leva à conclusão de que as formas flexíveis de contratação, o aumento do tempo livre e do poder participativo dos trabalhadores não significam a derrubada de uma ordem baseada no trabalho. Significam, sim, a manutenção de um tempo livre baseado na não-liberdade, na subsunção à lógica da exclusão social.

O sujeito, valorizado enquanto tal pelo discurso da liberdade proporcionada pelo poder de mercado, capaz de desenvolver-se em sua subjetividade, traz a marca da ruptura das formas padronizadas de exploração, mas também da continuidade de seu papel de mercadoria, de sujeito abstrato, como coisa, e não como sujeito. É o mercado como imperativo, que

[...] como instância mediadora societal elementar e insuperável embasa o que veio a ser conhecido como a ‘teses da indivisibilidade da liberdade’ (Friedman, avançando sobre a reflexão de Hayek): é a liberdade econômica, só possível sobre o *mercado livre* (isto é, sem mecanismos extra-econômicos de regulação), que funda a liberdade civil e política (PAULONETTO, 1995, p. 78).

A lógica subjacente a este pressuposto está na troca como possibilidade de liberdade e igualdade. As diferenças individuais são positivas e mediadas pela troca, tal como Smith (1993, p. 97-98) propôs alguns séculos atrás.

[...] Entre os homens [...] as capacidades mais dissemelhantes são úteis umas às outras; os diferentes produtos dos seus respectivos talentos são, graças à predisposição geral para cambiar, permutar ou trocar, por assim dizer, a um fundo comum, onde cada homem pode adquirir aquelas parcelas da produção dos outros que tiver necessidade.

Os indivíduos são, assim, proprietários de mercadorias, relacionando-se comercialmente. A sobrevivência humana é uma atividade mercantil, exclusivamente voltada para a necessidade material e imediata.

Destarte, no capitalismo, as formas através das quais o alcance de padrões de acumulação se estruturam têm historicamente se pautado na forma *valor*, em que

[...] a igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. [...] os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos provados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos. (MARX, 1993, p. 80-82)

Esta condição se concretiza, conforme aponta Gramsci (1991; 1968), através de relações dinâmicas entre estrutura e superestrutura, entre o plano econômico e o simbólico-cultural.

Deste modo, movimentos culturais, políticos e educacionais são peças-chave para compreender a dinâmica das relações capitalistas, evidenciando-se um sujeito submetido à lógica do mercado, na qual a liberdade aparece como reflexo e resultado do processo de troca e, em suma, da coisificação do homem.

### **3. O SUJEITO NA LÓGICA DO LIVRE-MERCADO: OS PRESSUPOSTOS DO NEOLIBERALISMO**

A noção do mercado como pressuposto para liberdade evidencia a existência de um sujeito que, por condição natural, sustenta-se enquanto tal

pela capacidade de troca. No atual processo de reconfiguração do trabalho, no quadro da reestruturação produtiva, a emergência de um trabalhador com maior responsabilidade, autonomia e flexibilidade é fundamental para a necessidade imediata de flexibilização das relações de trabalho, diminuindo o número de postos de trabalho, reduzindo o trabalho produtivo direto, baixando custos e enfraquecendo o poder organizativo da classe trabalhadora.

A diminuição do papel do poder político e o crescimento do poder do social enquanto manifestação das relações naturais de mercado, levam a cabo a evidência da naturalização do indivíduo autônomo, capaz de produzir e trocar como forma de manifestação de sua existência. A concepção de indivíduo como retrato da mercantilização das relações sociais impõe, desta maneira, um novo papel para o homem, valorizado na sua condição subjetiva: ser portador da capacidade de adequação à produção e consumo flexíveis.

A referência explicativa do capitalismo centrado na produção em massa, no controle rígido do trabalho e na intensificação direta do trabalho humano requer um conjunto de representações simbólico-culturais capaz de manter a noção de responsabilidade vigiada, a centralização das decisões políticas, via Estado, e uma vasta gama de suportes ideológicos que assegure o trabalhador em seu papel de classe. Na acumulação flexível, a necessidade de criar as bases para a construção de um trabalhador “flexível” - tanto em termos de mercado de trabalho como na execução de seu trabalho -, bem como de um consumidor heterogêneo diante de um mercado diversificado, leva a novas formas de legitimação e afirmação de seu caráter de mercadoria, então não mais como classe, mas como indivíduo.

Harvey (1992, p. 19), ao analisar as características da modernidade e da pós-modernidade, alerta-nos para o movimento de ruptura/continuidade, evidenciando os mecanismos que sustentam o processo de autovalorização do capital. Em sua análise afirma que o pós-modernismo representa “uma espécie reação ao modernismo”. O que é certo e comum na análise dos que defendem um ruptura com a modernidade “é a rejeição das ‘metanarrativas’ (interpretações teóricas de larga escala pretensamente de aplicação universal)”.

Neste contexto, a noção de liberdade incorpora a diferença, a diversidade, a multiplicidade. O fragmentário, o heterogêneo, o complexo e caótico, a linguagem e aceitação do diverso, são representações que acarretam a derrubada de uma noção de Estado centralizador, que unifica as relações sociais através da ação política particular, valorizando amplamente a noção de mercado, múltiplo, variado, que comporta a diversidade. A noção de totalidade e as metateorias explicativas da

existência humana são substituídas pela visão pragmática, pelo não-consenso, pela multiplicidade e complexidade.

O sujeito, assim, é múltipla determinação das formas naturais de relacionamento humano. Raça, gênero, credo, sentimento, são elementos fundamentais na configuração de um sujeito marcado pelo domínio do poder invisível e absoluto do mercado. A determinação do sujeito como elemento que se constrói na prática cotidiana de suas relações com outros homens, através do trabalho, é travestida de um sujeito que se caracteriza pela especificidade de sua existência, e não pelo fato de existir no e pelo trabalho. O sujeito é caracterizado pelo fragmento, pelo individual e específico, como manifestação de uma relação particular da sua capacidade de produzir e trocar.

É certo que as prerrogativas totalizantes muitas vezes impedem a manifestação do indivíduo enquanto possuidor de uma subjetividade, como intentavam as formas de controle próprias da produção em massa, em que o controle do trabalho, o papel intervencionista do Estado e as formas de controle simbólico-culturais (GRAMSCI, 1968; 1991) objetivavam a construção de um padrão de consumo, de trabalho e de trabalhador. No entanto, a valorização do sujeito, da subjetividade, do particular, do diferente, que se pretende obter hipervalorizando a lógica neoliberal do mercado absoluto, não estabelece uma ruptura com as formas mercantis de configuração do sujeito. O particular, o diverso, o múltiplo, são pares de um padrão de produção, trabalho e consumo fundamentais para a manutenção da acumulação de capital e da forma de mercadoria conferida ao trabalho.

No processo de autovalorização do capital o sujeito aparece como algo a ser moldado, trabalhado para adquirir a forma efêmera do ser coisificado, cuja capacidade de escolha e cuja consciência são mediatizadas pelo trabalho estranhado<sup>2</sup>.

No universo da *manipulação das necessidades*, a liberdade individual é ‘só aparente: o particular elege os objetos de suas necessidades e plasma essas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas sobretudo com o lugar que

---

<sup>2</sup> LUKÁCS evidencia que é através do trabalho que o homem constrói sua existência. Ao transformar a natureza, o homem se transforma. No capitalismo, o homem é considerado como meio, apenas como possibilidade de produzir mais-valia. As relações sociais que estabelecem são, assim, baseadas na propriedade privada, na produção para o lucro e não para a realização, perdendo sua possibilidade de realização e sua característica de ser social. O trabalho é, assim, algo estranho a ele. ( ver: ROY, 1996; LUKÁCS, 1979; ANTUNES, 1995 ).

ocupa na divisão do trabalho' (HELLER, 1986 apud ANTUNES, 1995, p. 129).

#### **4. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO SUJEITO ATRELADO AO MERCADO**

As considerações acima permitem questionar quais seriam as proposições educacionais dentro da perspectiva de mercado. Parece fundamental pensar, no quadro atual das transformações econômico-político-sociais, que a educação assume o caráter de mercado, cuja centralidade indica o direito de comprar e vender o serviço educacional que os indivíduos acharem adequados às suas necessidades do mesmo modo que se adquire um produto qualquer. Neste caso, a diversidade de ofertas, adequada à capacidade e “interesse” de cada indivíduo, significa, de fato, a desigualdade de condições econômico-sociais da população.

A crescente oferta de produtos educacionais, em grande parte privados, refletindo a diminuição dos serviços públicos no quadro do Estado mínimo, supõe o acesso generalizado à educação, mas de caráter, conteúdo e qualidade questionáveis. Se o setor de serviços tem papel preponderante no quadro da atual configuração de acumulação capitalista, a educação, enquanto serviço, está aí inserida<sup>3</sup>. A retórica da qualidade invade o setor de educação, transformando-o em um negócio cuja base para o sucesso está localizada no gerenciamento eficaz. “A partir desta nova retórica, somente é de qualidade aquele produto educativo que possui, como pré-condição, a capacidade de adaptar-se às demandas do mercado, atuando competitivamente neste.” (GENTILLI, 1995, p. 157).

Se estas prerrogativas estão presentes no ensino fundamental, também estão no ensino superior (o crescente número de instituições, que atualmente tentam obter o direito de funcionar como universidades e/ou centros universitários). Isto se reflete diretamente na construção de um padrão científico capaz de avaliar criticamente a que conhecimento nos referimos ao propor e defender determinada ação educacional. Apple (1995, p. 188-190) ressalta alguns elementos essenciais nesta análise:

[...] enquanto as humanidades e as ciências sociais estão engajadas em brilhantes ‘batalhas’ [...] retóricas e culturais sobre o que conta como forma ‘apropriada’ de

---

<sup>3</sup> Ver Enguita (1993). O autor analisa o setor de educação como um setor que, de forma cada vez mais evidente, incorpora as regras inerentes ‘a lógica valorização do capital.

conhecimento e o que conta como forma de ensinar e conhecer [as ‘guerras culturais’], aquilo que é conhecido no senso comum como as ciências e tecnologia [...] está recebendo cada vez mais ênfase em todos os níveis em termos de tempo no currículo, financiamento, prestígio, apoio por parte dos aparatos do Estado[...] [...] quero lembrar as compreensões absolutamente essenciais - mas não essencialistas - das conexões [reconhecidamente muito complexas] entre qual conhecimento é considerado como sendo de alto *status* e algumas das relações de poder que precisamos considerar, mas que parecem ter sido esquecidas um tanto apressadamente. Não me refiro apenas às relações de poder na Universidade, mas também às cruciais e emergentes transformações que estão ocorrendo nas escolas elementares e secundárias que educam [ou não educam] os estudantes que em última instância vão [ou não vão] para as instituições de ensino superior.

Desta forma, considerando que a emergência das análises que valorizam a multiplicidade, a diversidade e a existência de um sujeito que não se configura enquanto classe, podemos questionar: que conhecimento, quais bases e que destino se pretende evidenciar?

Se as ciências sociais têm como perspectiva a investigação a partir das microrrelações - raça, gênero, credo - que currículo se pretende propor? Que aluno se espera formar? Que educador se pretende valorizar?

Se a lógica inerente ao projeto neoliberal consiste em desenvolver a perspectiva consumista, arraigada à lógica de mercado e à evidência de um sujeito flexível, competitivo, que consome e se adapta às regras de mercado, é possível imaginar que a construção de um projeto educacional e pedagógico tende a valorizar o conhecimento a partir da noção de multiplicidade cultural, em que a valorização da diversidade social positiva escamoteia a essência exploratória das relações capitalistas, a qual se consolida exatamente através da manutenção dos “despossuídos”. Ou seja, a lógica se pauta na manutenção da propriedade privada, do caráter liberal, que pretende considerar todos como proprietários. O conflito capital-trabalho, neste aspecto, está obscurecido pela lógica da igualdade de condições - a capacidade de troca.

A valorização do plano “micro”, das especificidades sociais, traz uma contribuição no sentido de compreender aspectos da formação social contemporânea, elementos essenciais para que se possam superar os limites

de uma concepção de homem para além do ariano, masculino, europeu. Entretanto, estes aspectos somente podem ser compreendidos a partir de uma análise histórica capaz de integrar os condicionantes econômico-político-sociais e culturais de uma determinada formação social.

A construção do conhecimento, assim, requer a compreensão do sujeito enquanto ser social, que se constrói nas relações cotidianas, através do trabalho. Negar esta condição significa negar a própria história. Neste caso, corre-se o risco de compreender a educação como um campo fetichizado de manifestações culturais, em que a participação e o prazer efêmero das ações lúdicas permitirão manter os indivíduos no plano da infância intelectual e científica. Não se trata de negar o lúdico, os métodos de ensino, as estratégias de desenvolvimento pessoal, mas sim, de contextualizá-los na lógica de uma sociedade baseada na diferença que não é apenas pessoal, subjetiva, mas econômica, social e cultural.

Assim compreendemos

O tratamento da diferença e da 'alteridade' não como uma coisa a ser acrescentada a categorias marxistas mais fundamentais [como classe e forças produtivas], mas como algo que deveria estar onipresente desde o início em toda a tentativa de apreensão da dialética da mudança social. A importância da recuperação de aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica [com sua ênfase no poder do dinheiro e circulação de capital] e da política de classe [com sua ênfase na unidade da luta emancipatória] não pode ser superestimada (HARVEY, 1992, p. 320).

A análise do cotidiano, no capitalismo, a nosso ver, só pode ser compreendida a partir da relação dialética entre sujeito e objeto, entre pensamento e ação, em que o homem transforma o mundo à sua volta e é por ele transformado. É, assim, através do trabalho que o homem entra em contato com o mundo objetivo, para transformá-lo, modificando-se, construindo sua existência a partir do ato consciente de transformação.

Lukács (1971 apud ANTUNES; RÊGO, 1996, p. 100-101, grifo nosso) nos indica a necessidade de compreender a vida cotidiana como

[...] mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas da genericidade [...]

A vida cotidiana [...] aparece como base de todas as reações espontâneas dos homens em relação ao seu ambiente social, onde o homem parece atuar frequentemente de forma caótica, porém precisamente por isso ela contém a totalidade dos modos de reação, naturalmente não como manifestações puras, mas caótico-heterogêneas.

A preocupação que nos move nesta análise é a de garantir que o combate ao caráter disciplinar, autoritário, desumano de muitas proposições educacionais não se transforme em combate às relações de poder, isolando-se este campo do conjunto de manifestações de uma sociedade de classes, cuja desigualdade não pode ser superada tão-somente pela via epistemológica e/ou política. Estas são condições historicamente pautadas pela mediação sujeito-objeto, cujas contradições são o eixo para compreensão das desigualdades e base para a emancipação humana.

Com o propósito de causar algum “incômodo reflexivo”, consideramos oportuno resgatar Marx e Engels (1984, p. 108), quando afirma que “a disputa em torno da realidade ou irreabilidade do pensamento - que está isolado da práxis - é um problema puramente escolástico”.

## REFERÊNCIAS

AGLIETÀ, M. Para que una teoría de la regulación del capitalismo?  
In: AGLIETÀ, M. **Regulación y crisis del capitalismo: a experiência de los Estados Unidos**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1979

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Ed. UNICAMP, 1995.

ANTUNES, R.; RÊGO, W. D. (orgs). **Lukács - um galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo editorial, 1996.

APPLE, M. W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, P. A.; SILVA, T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, QUALIDADE Total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 179-203.

ENGUITA, M. O setor de ensino no marco da lógica econômica do capital. In: ENGUITA, M. **Trabalho, escola e ideologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GENTILI, P. A. O discurso da 'qualidade' como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P. A.; SILVA, T. T. (orgs.). **Neoliberalismo, QUALIDADE Total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 111-177.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da historia**. 9. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel: a política e o Estado moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. p. 375-414.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social** - Os princípios ontológicos fundamentais em Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã/ Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984

PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo real e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção questões da nossa época).

OFFE, K. **Trabalho e sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

RICARDO, D. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Cap. 1.

ROY, L. **A qualificação feminina na indústria têxtil.** São Carlos, 1996, Tese de doutorado

SHAFF, A. **A sociedade Informática.** 4. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasiliense, 1995.

SMITH, A. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. v. 1.

TEIXEIRA, F. J. S. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1996b. p. 15-74.